



PROCESSO 198862/2013
PROTOCOLO
RECURSO 185353/2014
ÓRGÃO SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DE MATO GROSSO – SINFRA - EX-GESTOR
RECORRENTE CINÉSIO NUNES DE OLIVEIRA
ADVOGADO MAURICIO MAGALHAES FARIA NETO – OAB/MT 15.436
ASSUNTO RECURSO ORDINÁRIO
RELATOR
RECURSAL CONSELHEIRO DOMINGOS NETO

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Ordinário interposto pelo Sr. Cinésio Nunes de Oliveira, ex-Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística de Mato Grosso - Sinfra, através de seu representante legal (Doc. 185353/2014), em face do Acórdão nº 1.950/2014-TP (Doc. n. 169332/2014), que homologou medida cautelar adotada singularmente pelo Exmo. Conselheiro Sérgio Ricardo, em razão do descumprimento do Termo de Ajustamento de Gestão – TAG.

A decisão singular homologada determinou à Secretaria de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana (atual SINFRA), na pessoa do seu ex-gestor, Sr. Cinésio Nunes de Oliveira, que suspendesse todos os pagamentos referentes aos contratos contidos no Termo de Ajustamento de Gestão firmado entre a referida Secretaria, atual Sinfra, e o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

O Recorrente pretende revogar o referido acórdão requerendo (...) “ao final, que seja realizado seu julgamento, onde se espera que este Digno Relator exerça o juízo de revisão, revogando o Acórdão 1950/2014, a fim de atender ao explícito interesse público, garantindo a efetividade dos procedimentos e não atingimento do direito de

Casa Barão de Melgaço - 1ª Sede
1953

Edifício Marechal Rondon - Sede atual
2013

C:\Users\deize\AppData\Local\Temp\8EB191455CCC942F1D420FB04DF8D910.odt.DE



terceiros diante da suspensão de pagamentos de contratos que não foram apontados no Relatório Técnico que sustenta a decisão recorrida.”.

O Relator originário, Conselheiro Sérgio Ricardo, por meio de novo julgamento singular (documento digital n. 194270/2014), decidiu revogar a medida cautelar adotada, que foi devidamente homologada pelo Tribunal Pleno por meio do Acórdão nº 2.855/2014 (doc. 214836/2014).

Vindo o presente Recurso por sorteio a esta Relatoria, o mesmo foi admitido pela Decisão nº 791/DN/2016, divulgada no Diário Oficial de Contas – DOC do dia 14-9-2016, sendo considerada como data da publicação o dia 15-9-2016, edição nº 953.

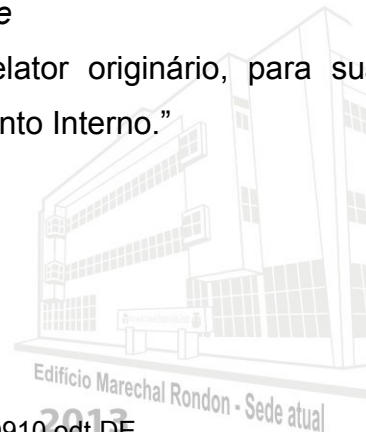
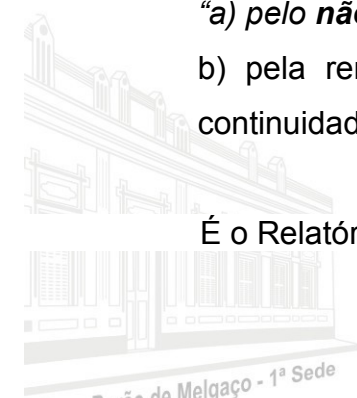
Os autos foram enviados à SECEX de Obras e Serviços de Engenharia que opinou pela perda de objeto, uma vez que, conforme consta nos autos, o Acórdão nº 2855/2014 revogou o Acórdão nº 1950/2014 agora atacado e opinou ainda, por determinar a remessa dos autos ao Exmo. Conselheiro Sérgio Ricardo, em atendimento ao despacho constante no doc. 105270/2015, para continuidade do feito nos termos do art. 238-C da Resolução nº 14/2007/TCE-MT (Regimento Interno), segundo o qual o Relator original deve acompanhar todos os atos posteriores relacionados diretamente ao Termo de Ajustamento de Gestão - TAG ou que derivem de seu cumprimento.

O Ministério Público de Contas emitiu o Parecer 5.658/2016, da lavra do Procurador de Contas, Dr. William de Almeida Brito Júnior, nestes termos:

*“a) pelo **não conhecimento** do recurso ordinário; e*

b) pela remessa dos autos ao Conselheiro Relator originário, para sua continuidade, nos termos do art. 238-C do Regimento Interno.”

É o Relatório.





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

GABINETE DE CONSELHEIRO

Conselheiro Gonçalo Domingos de Campos Neto
Telefones: (65) 3613-7511 / 7513 - Fax: 3613-7512
e-mail: gab.domingosneto@tce.mt.gov.br

Tribunal de Contas, março de 2017.

(Assinatura Digital disponível no endereço eletrônico: www.tce.mt.gov.br)

Conselheiro **DOMINGOS NETO**
Relator



C:\Users\deize\AppData\Local\Temp\8EB191455CCC942F1D420FB04DF8D910.odt.DE

